

## (RE)LEITURA DO ENSINO ATRAVÉS DA IMPRENSA JORNALÍSTICA: UMA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA (UBERLÂNDIA-MG 1940-1960)<sup>1</sup>

*Vicente Batista de Moura Sobrinho<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo tem o propósito de trazer à tona algumas discussões acerca da massificação do ensino veiculada nos jornais *Correio de Uberlândia* e *O Estado de Goyaz*, com destaque especial para o *Correio* (1940-1960). Os referidos periódicos iniciaram as suas atividades em Uberlândia por volta do ano de 1938. Essa discussão veiculada nesses jornais, além de estar em sintonia com o processo histórico daquele momento, se faz de forma a deixar perceber que tal processo está intimamente vinculado à idéia de conferir a este espaço geopolítico, que é a região do Triângulo Mineiro, o *status* de moderno. A cidade de Uberlândia aparece nesse projeto, no nível do discurso, como uma espécie de vanguarda, reivindicando para si o espírito de liderança nos campos industrial, comercial, cultural e educacional.

**Palavras-chave:** História, Educação, Imprensa.

---

<sup>1</sup> Esse assunto é parte de uma reflexão feita em minha dissertação de mestrado defendida em 28 de fevereiro de 2002, sob a orientação do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho. Cf, Vicente Batista de MOURA SOBRINHO. *Massificação do Ensino em Uberlândia-MG: a fala da imprensa (1940-1960)*. Uberlândia: UFU, 2002 (mimeo). Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio da CAPES e do Núcleo de Estudos e de Pesquisa em História e Historiografia da Educação - NEPHE, na Universidade Federal de Uberlândia-MG.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

## ABSTRACT

The goal of this article is to bring up some discussions about the massification of teaching, published by the newspapers *Correio de Uberlândia* and *O Estado de Goyaz*. Emphasis will be given to *Correio de Uberlândia* within this span of time (1940-1960). Both newspapers began their activities in 1938. The massification of teaching discussed in these newspapers, in addition to being in harmony with historical process of that the time, shares the idea that this geopolitical space, the Triângulo Mineiro, must have the status of modernity. As a project in these newspapers discourse, Uberlândia city shows itself as a forerunner whose leadership in industry, business, culture and education must be recognized.

**Keywords:** History, Education, Press.

### 1 - Introdução

*Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem direção de outrem. Sapere aude!*

*Immanuel Kant*<sup>3</sup>.

A iniciativa de escrever este trabalho decorreu de algumas inquietações sentidas durante o estudo do processo histórico da educação brasileira. O tema por mim investigado necessita de aprofundamentos

---

<sup>3</sup> Ver: Immanuel KANT. Resposta à Pergunta que é Esclarecimento ("Aufklärung")\*. In: *Textos Seletos*. Tradução: Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974, pp. 101-117.

ainda não contemplados a contento pela história. Existem algumas lacunas a ser preenchidas. Conceitos e categorias, embora venham de longa data, não estão devidamente cristalizados nos embates teóricos, principalmente em se tratando do objeto investigado, que é a massificação do ensino, tendo por fio condutor da análise o seu elo com a história política. Cabe ainda lembrar que as fontes escolhidas para esta investigação são fontes fidedignas e pouco exploradas no que tange a esse tema. Não foi um começo fácil, pois os requisitos necessários a essa tarefa foram sendo adquiridos mediante leituras orientadas por professores dedicados à história da educação, como GATTI JÚNIOR et alii:

*(...) o começo é sempre o mais difícil, e nossa experiência de pesquisa não poderia ser diferente. Passados cerca de três anos de intenso trabalho de levantamento de fontes, e alguns meses de nossa opção pela construção da História dos principais e mais antigos colégios da região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, é chegado o momento de promover uma reflexão teórica no campo específico da História da Educação, particularmente numa modalidade historiográfica que vem sendo chamada de História das Instituições Educacionais, ancorada, de um lado, no exame atento dos movimentos de renovação no âmbito da própria área do conhecimento em questão e, por outro lado, nos primeiros resultados alcançados pela investigação em curso<sup>4</sup>.*

O início de minha experiência de coleta de dados foi junto às instituições escolares em projeto<sup>5</sup> financiado pelo CNPq, tendo sido

<sup>4</sup> Cf, Décio GATTI JÚNIOR et alii. História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro, pp.5-28. *História da Educação*, n. ° 2, setembro, 1997, p. 6.

<sup>5</sup> Sob a coordenação dos professores Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho, Prof<sup>ª</sup>. Ms. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Prof<sup>ª</sup>. Dr. <sup>a</sup> Vera Lúcia Abrão Borges e vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação, o projeto *História e Memória Educacional*: construindo uma primeira interpretação acerca do processo de insta-

feito um levantamento de documentação em dez escolas de Araguari e dezessete em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, entre os anos 1995 a 1997, em busca de fontes de interesse para o estudo da História da Educação. E em seguida, numa continuidade do projeto, junto à imprensa a partir de 1997. As duas fases estiveram ligadas ao *Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia. O interesse pelas referidas fontes se tornou mais aguçado, principalmente quando me deparei com a problemática da preservação e conservação da documentação existente nos arquivos, pois tanto os acervos das escolas quanto os acervos da imprensa necessitam de cuidados. São memórias que vão se perdendo, são ferramentas básicas do historiador que vão se desfazendo<sup>6</sup>.

Com relação ao levantamento na imprensa, não houve tanta diferença, se comparado ao *corpus* documental das escolas, pois estes também devem ser vistos com bastante cuidado, com zelo. Aliás, Maria Helena Câmara Bastos nos dá a tônica do processo em relação à imprensa periódica educacional, ao revelar que

*A pesquisa histórica em fontes documentais torna-se muitas vezes precária, tanto pelo desconhecimento do que há de fonte de pesquisa, como pela inadequada catalogação e conservação. Este problema agrava-se quando se pesquisa a história da educação brasileira, principalmente no tocante à história de sua imprensa periódica educacional. A imprensa pedagógica – instrumento privilegiado para construção do conhecimento constitui-se em um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao*

---

lação e consolidação da educação escolar na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1880-1960) tem como proposta preencher algumas lacunas no processo histórico, buscando subsídios teórico-metodológicos, bem como a compilação de fontes de interesse para o estudo da história da educação. Tal projeto certamente trouxe à tona um período privilegiado para investigação no campo educacional.

<sup>6</sup> A coleta desses dados foi possível graças ao trabalho metucioso do Professor Jerônimo Arantes, que durante anos compilou farta documentação sobre Uberlândia-MG, em especial no âmbito político e educacional (final do século XIX e segunda metade do XX). O referido acervo se encontra no *Arquivo Público Municipal de Uberlândia*.

*pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. Prescrevendo determinadas práticas, valores e normas de conduta, construindo e elaborando representações do social, a imprensa pedagógica afigura-se como fonte privilegiada de estudo: jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos, Associações e Igrejas. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares<sup>7</sup>.*

A forma de adentrar ao processo de investigação requer astúcia na percepção das relações possíveis de se estabelecer, principalmente no trato com a documentação. São variáveis importantes envolvidas no processo investigativo: tempo, memória, sociedade, localidade, coordenadas históricas, interesse político, formação de opinião pública. A inclusão da imprensa no processo de investigação é uma continuidade, uma seqüência de busca de elementos inerentes ao processo histórico educacional. Essa incursão junto aos jornais e o contato com os gêneros literários de jornalismo informativo (artigos, editoriais, reportagens, notas, pronunciamentos de autoridades locais) veiculados nos periódicos *Correio de Uberlândia* e *O Estado de Goyaz* me serviram de suporte nessa pesquisa, principalmente os artigos sobre a *Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos* de iniciativa do titular da pasta do *Ministério da Educação e Saúde*, Clemente Mariani e discussões acerca do ensino técnico-comercial, industrial e magistério, em voga nos anos de 1940 e que continuaram durante os anos 1950.

O *Correio de Uberlândia* gozava de prestígio no interior do Estado de Minas Gerais conforme se depreende da nota de 1959:

<sup>7</sup> Denice Bárbara CATANI & Maria Helena Câmara BASTOS (Org.). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, pp.173-187.

*Dentro de breves dias o leitor uberlandense terá a oportunidade de receber, pela manhã, o jornal de maior tiragem da cidade. Estamos ultimando os estudos neste sentido, afim de que Uberlândia possa ser a primeira cidade, do interior do Estado, a ter jornal com entrega em domicílio. Correio de Uberlândia, tendo, pois, a primazia de ser o primeiro a funcionar com entrega domiciliar própria<sup>8</sup>.*

Tais matérias, em confronto com outras reflexões a respeito da educação no seu sentido amplo, inspiradas até mesmo por alguns dos pensadores clássicos da política<sup>9</sup>, viam com desconfiança e preocupação a questão da ascensão das “massas” e sua reivindicação de mais participação no processo político desencadeado, sobretudo a partir do pensamento de Hobbes no século XVII<sup>10</sup>, me levou a pensar com um pouco mais de apuro a problemática da massificação do ensino. Na argumentação deles estava explícita a busca de

<sup>8</sup> **Nota:** Correio de Uberlândia primeiro jornal do interior com entrega em domicílio. Correio de Uberlândia, ano XXII, n.º 6984, de 17 de fevereiro de 1959, p. 01.

<sup>9</sup> Sobre o Pensamento Clássico da Política, Cf, Jean-Jacques ROUSSEAU. Discurso sobre a Economia Política e o Contrato Social. Tradução: Maria Constança Pires. Petrópolis: Vozes, 1996; Charles de Secondat Baron de MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. Tradução: Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1996; Emilio DURKHEIM. De La División Del Trabajo Social. Buenos Aires: Schapire, 1967; Francisco WEFFORT (Org.). Os Clássicos da Política. 5 ed, São Paulo: Ática, 1995 (Vols. 1 e 2).

<sup>10</sup> Thomas Hobbes pertenceu ao movimento da ilustração do século XVII. Refletiu profundamente o seu tempo nas obras clássicas do pensamento político. Entretanto cabe lembrar que esse autor não é considerado um liberal. O liberalismo não coexiste isoladamente. Ele, como parte de um processo histórico do pensamento político, se encontra imerso num embate com outras categorias de pensamento também dentro do campo político. Essas diferenças existentes entre os autores no universo da política é que propiciam maior alento no trato com a teoria social, provocando um maior calor nos debates em torno de uma sociedade de massas, o que nos ajuda na compreensão e esclarecimento dos conflitos que passam pelas categorias: sociedade civil, sociedade de massas, Estado Burguês, instituições e controle social, luta de classes, entre outras. Cf. Thomas HOBBS. Do Cidadão. Tradução: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes. 1998 e Leviatã: ou matéria, forma e poder de Estado Eclesiástico e Civil. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

harmonização social. Cabe lembrar que tal conceito passa a ganhar corpo na reflexão dos teóricos do século XIX, esboçando como que uma espécie de estratégia na condução das massas, no sentido de amenizar as crises vividas pelo liberalismo, fruto do desenvolvimento econômico, social, político, cultural.

Dentro da proposta de investigação, o que ficou patente é que essa singularidade expressa em reformas visando o ensino primário, o secundário e o superior apresentam pontos passíveis de reflexões críticas. Esses pontos estão incorporados num processo bem mais complexo do que as meras aparências transpostas na linguagem jornalística; portanto, não se deve olhá-los superficialmente. Eles estão intimamente vinculados às questões de ordem política, econômica e sociocultural, dessa feita não estando livres de incorporações do discurso ideológico predisponente no artifício liberal na sua trajetória histórica desde o século XVII até o século XX. A ação política nesse meio revela conexões com projetos de envergadura mundial e nacional. Isso significa que o que aconteceu ou acontece aqui em Uberlândia no campo educacional nem sempre pode ser tomado como específico desse espaço geográfico.

A fala dos articulistas dos dois jornais analisados traz à tona formas e determinações de projetos educacionais com raízes profundas em um processo a que se convencionou chamar democrático. Nas abordagens acerca do processo de massificação do ensino, há uma eterna busca de definição entre o que deve ser ensinado, de um lado, para a "elite" e, de outro, para a prática, visando, nesse último caso, o mercado nas suas múltiplas vertentes: o ensino normal para o preparo de professores de formação básica, o ensino profissionalizante visando o comércio urbano/industrial, o ensino rural devotado às práticas agropecuárias, com a meta de fixar o homem no campo e, assim, evitar o "inchaço" das zonas urbanas. O exame desses elementos local e regional propicia pistas para a compreensão de importantes momentos históricos da educação brasileira, visando conferir-lhes maior relevo e abrindo novas possibilidades para o debate acadêmico.

## 2 - Abordagens preliminares

A idéia da ação política educacional dirigida às massas, no Brasil, pode ser notada com a queda do Império e instalação da República, época em que as discussões versavam sobre a questão da unidade nacional, bem como a construção de um processo visando uma federação. Jorge Nagle, na obra *Educação na Primeira República* (1976), destaca elementos que servirão para estabelecer um estudo comparado com o discurso presente na imprensa no que se refere às idéias infiltradas e impregnadas nos textos jornalísticos. Segundo NAGLE,

*(...) o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a República Velha, ocasionou o aceleração da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente de especialização de funções, de que resultaram o aparecimento de novas camadas sociais e a diferenciação das antigas classes dominantes; a história do período deve ser percebida com a consolidação do empresariado rural e a evolução do proletariado industrial. Na década dos vinte, os sinais do aparecimento do novo modelo se apresentam de maneira mais manifesta pela presença de desarmonia de valores, interesses e expectativas dos diversos agrupamentos. A inquietação social e a efervescência ideológica servem para demonstrar a afirmação. Tanto uma como a outra são frutos do desajustamento entre os dois conjuntos de relações sociais: aparecimento de novas camadas e existência de tradicional sistema de classes; enfim, pode-se falar, no momento, na presença de classes residuais e de classes emergentes.<sup>11</sup>*

Nagle, na primeira parte do livro, tece reflexões sobre três setores da sociedade: o setor político, o setor econômico e o setor social, mostrando como o projeto de educação vai sendo construído e forjado em cada um destes setores durante a Primeira República (1889-1930). A lógica do processo veio seguindo sem grandes alterações durante a

<sup>11</sup> Jorge NAGLE. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: E.P.U., 1976, p. 26.



República Velha. Com a implantação do Estado Novo, ocorrida em 1937, prolongando-se até 1945, outros fatores devem ser levados em conta; a educação, que seria uma necessidade, passa a ser uma obrigação do Estado, que se empenhou de corpo e alma nessa tarefa, atuando tanto no setor urbano como no setor rural, nesse último mais timidamente.

Após 1945, com a mudança de governo e o “término” da ditadura Vargas, o campo educacional começa a tomar rumos diferenciados sob a tutela do Estado, sendo os responsáveis pelo setor educacional Lourenço Filho e Clemente Mariani, e não faltando discursos apologéticos em defesa da educação nacional. A Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, articulada por eles em 1947, constituiu-se num dos tentáculos do processo de massificação do ensino, com resultados louváveis dentro daquilo que propugnavam, ou seja, preparar a nação para o futuro, a exemplo do que estava acontecendo tanto nos países do primeiro mundo, quanto em outros, especialmente os da América Latina. Promover campanhas de alfabetização em massa se constituiu na tônica dos projetos de ação política imediata: para a formação de quadros de funcionários qualificados, para o exercício exigido pela lógica propulsora do “progresso”. Nesse aspecto, os meios de comunicação de massa, em especial a veiculação do discurso jornalístico, assumiram como que uma posição de vanguarda no que diz respeito à divulgação da informação e da formação da opinião pública, entendida como uma parcela específica, melhor dizendo, aqueles mais interessados num modelo sócio-econômico de orientação liberal.

Não devemos esquecer, no entanto, que o quadro educacional brasileiro nos anos quarenta apresentava algumas contradições entre o pressuposto e o exequível: 1) o número elevado de analfabetos e o pouco contato com leituras dificultava inteirar-se do que havia de “avanço” no mundo em termos tecnológicos; 2) havia escassez de material e de professores qualificados, principalmente nas regiões distantes dos centros mais avançados; 3) o oferecimento de uma educação igual para todos os brasileiros, relacionar à meta de valorizar a nacionalidade em termos de união do povo, se defrontava com dificuldades impostas por grandes distâncias e variações culturais. Um

editorial do *Correio de Uberlândia* (1948) aborda a questão da educação de massa na América Latina, ilustrando alguns aspectos educacionais referindo-se ao Chile com o seu "Corpo Cívico de Alfabetização". Vejamos:

*Como o Brasil, também o Chile está empenhado em dar combate ao analfabetismo. Segundo nos conta uma reportagem da jornalista Elsie Lessa, publicada no "O Globo", o atual Ministro da Educação daquele país, o Sr. Armando Mallet, considera o combate ao analfabetismo o "item número um do programa de seu Ministério". Para tanto a direção geral da Educação primária tem uma secção especializada de Educação de Adultos, que funciona em escolas vespertinas e noturnas mantidas por uma instituição de caráter nacional e patriótico, "Corpo Cívico de Alfabetização Popular". "Desse movimento - diz a jornalista brasileira - participa toda a população culta do país, a fim de gratuita e desinteressadamente, alfabetizar os seus compatriotas". O plano do ministro Chileno é transformar por algum tempo, cada lar, cada fábrica, cada escola, cada oficina numa escola de alfabetização. Ao lado desse trabalho, já existem as "Escolas Ambulantes de Cultura Popular". Por todos os meios, o Ministério da Educação Chileno fomenta um movimento de opinião, em todas as classes sociais para atingir o seu objetivo. Tão grave quanto no Chile, onde há um milhão de analfabetos, é o problema do analfabetismo no Brasil, que conta com doze milhões de analfabetos. Em nosso país, por isso mesmo, é por demais oportuna a campanha que vem desenvolvendo o Ministério da Educação, com a Campanha de Educação de Adultos. Os poderes públicos têm-se empenhado, a fundo, nesse movimento. Mas não basta a ação governamental. É necessária a cooperação de todos os cidadãos, numa ação patriótica e cívica, para que o Brasil solucione, ao menos em parte por ora, um dos problemas que constitui o maior entrave ao nosso progresso e depõe contra os nossos foros de povo culto e civilizado. Vemos como está fazendo agora o Chile. O Brasil, na América Latina, precisa liderar o movimento contra o analfabetismo.*

*Para tanto, só uma coisa é indispensável: boa vontade e o ânimo disposto de todos os brasileiros*<sup>12</sup>.

O referido texto encerra-se conclamando para que o Brasil assumira a dianteira do processo de alfabetização, enaltecendo os dividendos colhidos pela campanha contra o analfabetismo. Numa análise mais acurada do processo, veremos que esta forma de educação, que traz como pressuposto a idéia de democracia e modernidade, entra na América Latina com força substancial, e esse processo de alfabetização em massa requer um pouco mais de tino e observação dos denominados ânimos benéficos para a nação, por parte dos poderes constituídos. Segundo Florestan Fernandes,

*(...) à semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início de uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. (...) O sistema básico de colonização e de dominação externo, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelos menos três séculos, foi de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado "antigo sistema colonial". Em termos jurídicos, a legitimidade de dominação tinha um duplo fundamento, legal e político*<sup>13</sup>.

Florestan Fernandes deixa implícito que algo estaria sendo feito ao longo de três séculos de dominação. Em outras reflexões, o autor tangencia esse fator de legitimidade alegado dentro do processo de dominação, como a formação da "ordem nacional competitiva" presente, entre outros países, na América Latina em especial<sup>14</sup>. Pela refe-

<sup>12</sup> **Editorial:** "Um Exemplo" *Correio de Uberlândia*, ano XI, n.º 2.497, de 28 de setembro de 1948, p. 02.

<sup>13</sup> Florestan FERNANDES. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.13.

<sup>14</sup> Florestan FERNANDES. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. 2 ed., São Paulo: HUCITEC, 1979. (Coleção estudos brasileiros - 6); *Capitalismo*

rência acima se percebe que um dos principais fatores que conferem legitimidade ao tipo de proposta mais próximo das metas de dominação por parte da classe dominante, notadamente a partir da implantação da República no Brasil, é a forma bem pensada de conferir o ensino às massas. A escolha do projeto de ensino mais adequado, a forma de aplicação desse ensino em determinado meio, preocupando-se com a união nacional, são alguns dos elementos disponíveis como componentes da ordem nacional competitiva.

O prosseguimento das ações políticas na educação a partir dos anos trinta é tratado em algumas obras de autores clássicos neste tipo de abordagem e, logicamente, a problemática da massificação do ensino aparece como condutora na preocupação deles. Em *Tempos de Capanema* (1984)<sup>15</sup>, obra escrita a três mãos por estudiosos dedicados ao assunto, está há uma referência fundamental para aqueles que se interessam pela História da Educação. O livro aborda de forma crítica o valor das atividades políticas de Gustavo Capanema, que exerceu a função de ministro da Educação e Saúde no período Vargas, 1934 a 1945, período de que fez parte o chamado “Estado Novo” (1937-1945).

*Estudar os tempos de Capanema significa, acima de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios. Nascido na passagem de século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central em relação aos assuntos de educação e cultura no país. Estes foram também os anos*

---

*Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1981; *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, 3 ed, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

<sup>15</sup> Simon SCHWARTZMAN, Helena Maria Bousquet BOMENY e Vanda Maria Ribeiro COSTA. (Coleção Estudos Brasileiros; Vol. 81). 388 p. A obra traz como apêndice uma série de cartas de autoria de Gustavo Capanema, correspondências que procuram revelar a dedicação de Capanema à “causa política e educacional” da Nação brasileira.

*de ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do Estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcadas por estes eventos*<sup>16</sup>.

O período de atuação de Capanema representa um marco na historiografia brasileira envolvido numa plêiade de contradições, pois, ao mesmo tempo em que se clamava por democracia e lutava-se contra o nazismo e o fascismo no mundo, em especial na Alemanha e Itália, inclusive com a participação brasileira, o país vivia internamente algo bem próximo desses Regimes, onde a coerção do povo, o cerceamento da liberdade aparecia de forma sutil ou mesmo explícita, o que demonstra formas diferenciadas de adoção de uma ordem condzente com a chamada crise do sistema capitalista, que não estava resolvida, nem na Europa, nem nas Américas e no Brasil<sup>17</sup>. A fala da imprensa não está alheia à política no campo educacional no período de referência, como podemos observar nas “Atividades Escolares no Brasil”, artigo publicado no *Correio de Uberlândia* em 1940.

*Se o Lema do governo federal, antes de 1930, era abrir estradas, pode-se afirmar que o seu objetivo depois de 1930 é a educação. Em matéria de ensino, vem o governo desenvolvendo uma série de magníficas realizações, quer na liquidação do analfabetismo, no aparelhamento das escolas secundárias, quer na preparação consciente dos estabelecimentos de ensino superior. O êxito des-*

<sup>16</sup> Cf, Simon SCHWARTZMAN et alii. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP, 1984, p.15.

<sup>17</sup> Os regimes ditatoriais devem ser entendidos como artificios, ou mesmo tentativas de soluções apressadas, que dão uma resposta apenas momentânea na manutenção do *status quo*. Portanto, é para esta fala que devemos estar atentos, ou seja, a idéia de elaborar projetos educacionais por parte de quem assume o poder de mando institucionalizado e de acordo com esses regimes. Tomando como base a situação brasileira no período Vargas seria preciso modelar o sistema educacional tendo em vista articulá-lo às “necessidades das massas”. Gustavo Capanema representou uma espécie de articulista arguto na adequação da política implementada por Getúlio Vargas ao processo educacional.

*tes empreendimentos devê-se, sem dúvida alguma, ao descortino e visão com que o ministro da educação, Gustavo Capanema, escolhe seus auxiliares, de reconhecida competência. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos envia ao Ministério da Educação, todos os meses, um relatório contendo a súmula dos atos principais da vida educacional do país ocorridos durante os últimos trinta dias. Por esse trabalho pode-se observar e calcular quanto se faz em matéria de educação na nossa terra. Sabe-se que o governo da união está auxiliando vários Estados a desenvolver o plano de construção de escolas de todos os tipos e categorias. Entre os primeiros devem ser assinaladas a reorganização dos serviços de ensino da Bahia, a instalação da Comissão Nacional do Livro Didático e a organização dos serviços de orientação profissional na secretaria da Prefeitura do Distrito Federal [Rio de Janeiro]. Houve, no mês passado, um aumento de 183 novas escolas de ensino, das quais 70 abertas em São Paulo, 67 no Paraná, 18 em Minas Gerais e outras em vários Estados. Essas novas classes têm capacidade para a matrícula de mais de oito mil alunos. São muitas as municipalidades que estão mantendo elevado número de escolas, como a de Uberaba em Minas, que possui 50 classes em funcionamento, a Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, que possui 41 escolas. O desenvolvimento de construções escolares foi assinalado como o início de 81 novas edificações, das quais 70 estão sendo levantadas em zonas de colonização, com auxílio do governo federal por dotação do Ministério da Educação. Das novas construções, 5 são grupos escolares, com capacidade para grande número de alunos. Eis aí simplesmente o balanço de um mês. Daí pode-se calcular o que o governo está fazendo em matéria de educação. Tem-se absoluta certeza de que, depois do recenseamento, grande parte dos problemas educacionais terão solução satisfatória, para cada região do país. Será com recenseamento que o governo saberá qual zona do país, onde a nossa organização educacional não conseguiu infiltrar-se. Computará o censo, o número de analfabetos, e como sanar esse mal. Tudo faz crer que o Brasil caminha inflexivelmente na consecução de seus objetivos, qual seja os de assegurar a educação e levantamento intelectual*

*do seu povo. Os ritmos das tarefas pedagógicos crescem sem cessar, porque o governo compreendeu que não é possível governar um povo senão quando esteja integrado no Estado, pela educação. E disso tem certeza: produzindo amplos benefícios e, conseqüentemente, engrandecendo cada vez mais o Brasil*<sup>18</sup>.

Um olhar atento para o artigo do jornal perceberá uma forma de arquitetura sutil, por parte dos articulistas da imprensa local, ao mostrar os reveses provocados pela mudança de orientação política no campo educacional. A fala do autor não apenas propicia pensar a dimensão das ações políticas no que diz respeito ao desejo de montar projetos educacionais que viessem ao encontro da tarefa determinada do governo, de conferir a instrução à maioria da população. Era preciso educar para transformar, o que deixa transparente que a educação e a instrução são partes de um contexto histórico, social, e econômico, embora não fosse, porém, uma medida simples de decisão. Dentro dessas metas, algumas hipóteses podem ser levantadas: manter o país unido em favor de uma ordem hierárquica e dar sustentabilidade ao processo desenvolvido nos anos trinta, medidas na maioria das vezes tomadas de forma paliativa, ao que parece, e que ganham ressonância considerável para além dos anos 40.

Gustavo Capanema teve papel crucial nessa empresa como um articulador entre a política governamental do período Vargas e a preocupação com a formação de bases para a montagem do referido processo. A complexidade imanente da tarefa “escolhida” revela a diretriz política e educacional para as massas, valendo-se de propagandas através dos meios de comunicação de alcance rápido, eficiente e competente na divulgação das idéias, em que participam o rádio, os panfletos, a imprensa nacional e a imprensa dispersa pelo interior do país. Quanto à proposta didática e pedagógica, procura-se uma alternativa para tornar o ensino mais eficiente, trabalhando-se especialmente o critério das competências. A participação do Instituto

<sup>18</sup> **Artigo:** Rômulo ARGENTIERE. As Atividades Escolares no Brasil. *Correio de Uberlândia*, ano III, n. ° 528, de 5 de setembro de 1940, p. 02 [ Da U.I.B. para o Correio].

Nacional de Estudos Pedagógicos, sob a tutela do Ministério da Educação, através de seus relatórios, relatava periodicamente ao governo federal a situação em que se encontrava a problemática da falta de escolas, a necessidade de ações específicas com o intuito de “engajar a população” nessa luta contra um analfabetismo com tendências crônicas<sup>19</sup>. A educação passa a ser vista por um viés diferente do dos anos anteriores, como se verifica na seguinte análise desse período:

*O que ocorria na área da educação e da cultura naqueles anos fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do país, que não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de “modernização conservadora”. É um processo que permite a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder e leva à substituição da elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada. É natural que os membros desta nova elite, que vêem seus horizontes alargarem, se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e freqüentemente criticando, muitas de suas limitações. Isto explica, sem dúvida, a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema – tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da Cultura Clássica sobre a científica nas escolas,*

---

<sup>19</sup> O detalhamento dos relatórios revelava números importantes no sentido de permitir uma ação veloz e eficaz por parte do governo federal. Essa ação estava intimamente ligada a um plano macro-estrutural, ou seja, o Brasil na sua totalidade. A maior parte dos Estados revela, por intermédio de seus números, os vários caminhos que este processo de massificação do ensino vai tomando. Para dar sustento ao trabalho das bases pedagógicas para este fim, são adotadas medidas de apoio, além dos meios de comunicação de massa: os livros didáticos, a organização dos serviços de orientação profissional, o contato com idéias de educação e formação profissional oriunda de outros países, que chegavam até aqui através de nomes como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.



*da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e ao teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais*<sup>20</sup>.

O povo precisava ser educado, ser preparado para trabalho qualificado, necessitava de atitudes capazes de proporcionar respostas adequadas ao modo proposto pela ação governamental. A união de esforços era tomada como ponto pacífico em todos recantos do país, norte, sul, leste e oeste. Uma integração “perfeita” do povo à chama ardente da fogueira da liberdade e da democracia. Fazer do Brasil um grande país, era esse, ou pelo menos deveria ser, o desejo maior de cada brasileiro.

O que estava acontecendo no campo político-educacional, sobretudo no início dos anos 40, expressa uma atitude de coerência entre o modelo de ação dos governos e a maneira de adotar uma pedagogia que desse respaldo não só à forma culta, mas ao preparo para enfrentar o mercado de trabalho, pois é condição suficiente e necessária que a população estivesse preparada para esse fim. Como exercer o controle sobre a população ativa necessária ao desenvolvimento do empreendimento Brasil? Nesse ínterim surgem propostas de discriminação de atividades, hierarquização de categorias. A mulher, que nessa época já tinha legalmente o direito de votar, é “chamada” a participar do projeto Brasil. Entretanto, essa participação se daria em condições muito específicas:

*O grande e inestimável benefício educacional emprestado pelas escolas profissionais à mulher de poucos recursos já está demonstrado com a amplitude, pelo elevado número daquelas que conseguiram cursar um desses estabelecimentos. Ao mesmo tempo em que usufruem-nas conhecimentos seguros de diversas profissões adequadas ao seu sexo, as escolas profissionais oferecem um importante passo na solução de problemas domésticos. O curso de economia doméstica, puericultura infantil e outras preciosidades na estrutura de um lar, são aplicados nos ensinamentos ofereci-*

<sup>20</sup> Op. cit. SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p. 19.

dos nesses magníficos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, que de uma escola profissional sae uma excelente e capacitada costureira, bordadeira, florista, também uma completa dona de casa está assegurada para qualquer circunstancia. Si em sua marcha cheia de imprevistos lhes oferecer um lar em abastança, os seus predicados administrativos se definirão em diversas maneiras, dando ensejo para que a inata bondade da mulher se espalhe em mananciais de felicidades aos desprotegidos, passando naturalmente a oferecer dos seus múltiplos conhecimentos miraculosa proteção a um determinado numero de desditosos, pois a mulher que se prepara para "o que - der - e - vier" da vida, compreende melhor do que qualquer outra a dor alheia. Em caso contrario, se em vez de abastança uma pobreza acentuada for a companheira da mulher que passou pelos bancos de uma instituição profissional apegar-se-á aos conhecimentos adquiridos e bondosamente conquistará o pão de cada dia a espera de melhores dias, estando assim garantida a face social da mulher que habilitada não prevarica em hipótese alguma, porque a esperança é uma eterna promessa plantada no coração e na alma da mulher. Para acabarmos com as delinqüências femininas, que inadaptadas para a própria defesa, para salvaguardar dos sadios princípios da moral a solução indicada liga-se à obra cultural dando à mulher uma compreensão do seu grande mister na vida. A nação amparando a mulher de deficientes recursos defende das mais interessantes estruturas demográficas, estabelecendo a cultura pratica ao elemento feminino, procede a um duplo saneamento, moral e eugênico. A mulher ocupada em cultivar qualquer cousa de nobre em seguida detentora de conhecimentos que venha resolver nos momentos críticos suas dificuldades, pelo trabalho honroso e dignificante é elemento a menos furtado aos lupanares e mantido inviolável no seio da sociedade. Si procedermos a um inquérito nos ambientes de amor e fonte inesgotável de males secretos, que tanto contribuem para a decadência da raça, criando um dos mais movimentados problemas da sanidade, encontraremos com uma porcentagem elevada de criaturas que incapazes de se defender os meios de subsistência pelo trabalho, entregam-se ao mercantilismo do-

loroso do próprio corpo, poluindo a alma nos chacais da indignidade. Não desejamos ser pretensiosos ou avançados; ou ainda ingênuos em acreditar que resolver-se-ia em caráter geral a questão; longe disso, mas firmamo-nos no ponto de vista de que não assistiríamos o fato em forma tão densa, pois é de convir, quem em muitos e muitos casos, outras são as razões para o povoamento dos antros de perdição, em que a mulher se degenera física e moralmente. As escolas profissionais constituem sentinelas avançadas da moral, resgatam horizontes plenos de elevação em benefício da sociedade dando aos homens e mulheres novas perspectivas dentro da vida. Si criamos instituições que amparam a criança nos primeiros anos de existência, em complemento ao ensino primário, devemos criar ainda estabelecimentos de cultura profissional, porque os resultados beneficiarão o Brasil <sup>21</sup>.

O artigo revela uma das faces do processo histórico educacional assumido no início dos anos quarenta, o que sem sombra de dúvida deixa transparente, pelo menos no nível do discurso, “o lugar adequado” que a educação deveria ocupar. O mundo vivia então às voltas com a Segunda Grande Guerra (1939-1945). O que estava em jogo era outra conformação de capitalismo, dentro de uma lógica invariável de explorar, de subordinar, de doutrinar, para proporcionar um arremate nas suas arestas, sem abrir mão dos privilégios daqueles que possuem o poder de decisão. A questão do fornecimento da matéria-prima para os países industrializados já se encontrava ameaçada em termos de gerador de divisas, e o desenvolvimento interno passa a ser a “ordem do dia”, apontando para a formação de competências. Às voltas com essa complexidade de fatores econômicos coexiste a ascensão de movimentos nacionalistas de tendências totalitárias. Indubitavelmente o processo educacional não passa em branco por esses movimentos. A educação é pensada como meio de articular as muitas tendências nos vários campos de ação.

Um editorial publicado pelo *O Estados de Goyaz* (1942) traz as

<sup>21</sup> **Artigo:** CORREA JUNIOR. Escola Profissional e a Mulher. *O Estado de Goyaz*, anno 9, n.º 676, de 27 de julho de 1941, p. 03.

nuanças de um processo que estava se desenrolando na esfera educacional, fazendo elo entre a educação e a democracia. No entanto, a democracia proposta aparece como reveladora de contradições, sobretudo porque ela não estava sendo colocada em prática a contento pelas chamadas reformas do ensino no âmbito primário, secundário e superior. A timidez das reformas surge como fator de entrave do desenvolvimento econômico brasileiro. O ensino é visto como ponto crucial, como condição de aceleração do “progresso” da nação. Segundo o editorial,

*Estamos caminhando aceleradamente para a democratização ampla de toda a nossa estrutura política, econômica e educacional. Sucessivas reformas têm procurado, através de uma legislação existente, sanar as falhas do ensino secundário e superior. Todas essas reformas pecaram por não se ter observado devidamente o conjunto nacional. Assim o dizemos por não ter levado em conta o poder aquisitivo de nosso povo, condição de primordial importância nas reformas do ensino. A classe operária não pode ter seus filhos cursando o ensino secundário e muito menos o superior; a própria classe média sente dificuldade extrema na educação que almeja, devido ao nosso alto custo de vida em face das condições econômicas internas do país. A nação com industrialização na infância, de poder aquisitivo muito pequeno para a própria classe média, precisa ter no ensino uma legalização mais liberal e adequada às nossas condições excepcionais de país agropecuário. Povos cultos não se escravizam e promovem ininterruptamente as emancipações econômicas, culturais e política da pátria. Facilitar economicamente o acesso às escolas superiores e secundárias é o ponto de partida de u’a sábia propaganda democrática sem desvirtuamentos que a “quinta coluna” promove ininterruptamente. As reformas que sofreu o ensino – não obstante a intenção clara e honesta de moralização – por não observarem o lado econômico do povo, tornaram-se negativas por proibitivas e antidemocráticas. País de imensa extensão territorial, precisa de uma enorme legião de engenheiros, médicos, professores, juristas para o seu saneamento e engrandecimento cultural e cívico. Por outro lado, o ensi-*

*no profissional precisa de disseminação em massa a favor do aproveitamento racional de suas riquezas. Na campanha ora empreendida a favor das democracias, não esqueçamos de que o ensino é o ponto de partida e condição de importância máxima na consecução de suas altas finalidades. Por que numa ampla frente de democratização não se compreende privilégio de uma classe rica única capaz de acesso aos cursos de humanidade e superior<sup>22</sup>.*

A extensão territorial do país surge como um bom desafio para os responsáveis colocarem em prática sua tarefa de educar a população no amplo sentido do termo. Educar para a democracia, educar para atender a demanda eminente do processo industrial, educar para a liberdade de expressão<sup>23</sup>. Para SCHWARTZMAN et alii,

*Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muitas idéias, projetos e ações que eram propalados e defendidos anteriormente. Mas não só lideranças políticas do país não se alteraram substancialmente no após-guerra, como muitas das instituições por elas criadas se manteriam inalteradas pelos anos vindouros, dando ao Estado brasileiro uma série de características que se contrapunham ao liberalismo revigorado e recém-implantado pela Constituinte de 1946<sup>24</sup>.*

Ainda sobre esse processo histórico atentemos para a seguinte abordagem, feita mediante uma análise cuidadosa, desde o limiar da Primeira República, passando pelo Estado Novo, após o Estado Novo,

<sup>22</sup> Editorial: **Combate a 5.ª Coluna - A Democracia do Ensino. O Estado de Goyaz, ano 10, n.º 774 de 6 de setembro de 1942, p. 04.**

<sup>23</sup> A educação deveria ser o preparo de pessoal destinado ao processo produtivo, tanto o ensino primário, como o secundário e o superior, pois só assim cumpriria as altas finalidades da democracia: permitir o acesso de pessoas ao ensino, não importando a sua condição sócio-econômica. Aqui, massificar o ensino rima com democratizá-lo.

<sup>24</sup> Op. cit. SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, pp. 19-20.

bem como as suas amarras com o projeto de educação, baseado no ensino laico e no modelo liberal, ressaltando-se as diferenças. Otaíza Romanelli, referindo-se aos anos 40, mostra que tal processo vai ganhando legitimidade constitucional:

*Os princípios liberais da carta de 1946 que asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis estavam visivelmente impregnados do espírito democrático tão próprio das reivindicações sociais do século em que vivemos. Foi assim, pois, que, ao aliar garantias, direito e liberdade individuais, com intervenção do Estado para assegurar essas garantias, direito e liberdade a todos, a constituição de 1946 fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso ela se distanciava também da ideologia liberal democrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime.<sup>25</sup>*

A imprensa foi e continua sendo uma espécie de alternativa nessa empreitada, não só de divulgação de estatísticas, mas com atuação marcante junto aos poderes públicos e à população de maneira geral, na consolidação de um ideal democrático, na formulação de opiniões com o elo entre o ensinar e democratizar.

<sup>25</sup> Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. 17 ed., Petrópolis: Vozes, 1978, p.146. Dois capítulos nos chamam a atenção pela afinidade com o processo de massificação do ensino: capítulo 3 - "A educação e o desenvolvimento brasileiro após 30" (pp. 47-125) e o capítulo 4 - "A organização do ensino e o contexto sócio-político após 30" (pp. 127-191). No capítulo 3 Romanelli mostra uma série de quadros estatísticos comparativos que permitem consulta rápida dos dados acerca do número de instituições escolares, do rendimento do alunado nas disciplinas oferecidas, além da argumentação pertinente e crítica coerente. No capítulo 4, a autora discute e critica os pressupostos da reforma Francisco Campos e suas vantagens para o processo que ora se desenrolava. Na obra, a autora se preocupa com uma questão fundamental, que é o estudo da legislação escolar e suas implicações políticas, econômicas e sociais, e, principalmente, como isso é tratado no interior das instituições escolares do ponto de vista didático e pedagógico, com vistas ao atendimento da ordem capitalista e sua lógica universal. Nesse sentido, uma política educacional abrangente daria uma resposta satisfatória à educação das massas, fazendo com que o Brasil se livrasse da "barbárie" do analfabetismo.

(...) *A imprensa brasileira, querendo, pode fazer a alfabetização imediata do país. Como? Há atualmente cerca de 2000 jornais no Brasil inteiro em todos os Estados, e se todos esses jornais das capitais como do interior exigirem e impuserem que todas as 1700 Municipalidades ou Prefeituras do país decretem e executem imediatamente a extinção do analfabetismo, é claro que será isso questão liquidada. E também a imprensa pode conseguir de todos esses 1700 Municípios o povo inteiro se levante, reclame e conclame e imponha a realização desse supremo desideratum nacional, realizaremos a façanha mais assombrosa da história do mundo. A ignorância do povo paralisa tudo no Brasil. Nem se diga que isso é devido ao clima porque temos no sul do país quatro estados com a área total de 820000 quilômetros quadrados, isto é, superior à área da Inglaterra e da Alemanha somadas, com clima europeu. E também o Brasil pode conter toda a população do globo inteiro, que é atualmente de dois bilhões e cem milhões de habitantes. Ora, por exemplo, a Inglaterra com 131000 quilômetros quadrados, tem 4.000.000 de habitantes, o que dá 300 habitantes por quilometro quadrado. E nessa proporção que o Brasil, com 8.500.000 quilômetros quadrados, poderia, portanto, conter e alimentar 2.550.000.000 habitantes, ou mais que toda a população do globo inteiro. Mas a questão é que temos no Brasil de 70 a 80% de iletrados, e logicamente uma população sem capacidade para a vida econômica e civil. Mas si o cérebro do homem é perfeitamente idêntico em todas as raças do mundo logicamente tudo depende de que ele seja dotado de todos os conhecimentos úteis, para cada um saber se orientar e se desenvolver amplamente sua aptidão na luta pela vida. Portanto, a alfabetização imediata do Brasil inteiro depende exclusivamente da imprensa, que, como outrora na abolição, levante esse lábaro sagrado e imponha a todas as 1700 Municipalidades que decretem e executem essa extinção imediata do analfabetismo, o mais alto ideal nacional em toda a história do país.*<sup>26</sup>

<sup>26</sup> **Editorial:** A Imprensa e a Alfabetização, *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, ano X, n.º 2.151, 12 de maio, 1947, p. 02.

Os números divulgados procuram mostrar a atitude política em prol do ensino no Brasil como um todo. O texto afirma que a *municipalização do ensino* não deveria ser apenas um discurso em branco, mas era uma necessidade daquele momento, de proporcionar educação a todos dentro de propósitos bem definidos: democratizar o ensino, moralizar a opinião pública, erradicar o analfabetismo, educar para o patriotismo. A imprensa e o nacionalismo surgem como uma bandeira de luta, como a forma de adequar o aprendizado aos ditames das regras do jogo.

### 3 - Da necessidade de Escolas Técnicas: faces da massificação do ensino

Outro editorial, de fevereiro de 1947, informa alguns detalhes do processo de ensino, levando em consideração um aspecto específico da *escola técnica* que visava subsidiar o trabalhador rural em termos de conhecimentos pertinentes à área agrícola, mas com uma meta definida, ou seja, fixar o trabalhador rural na propriedade de origem. Essa prática vinha sendo difundida no Brasil, visando solucionar um problema que já causava preocupação às autoridades nesse período: *o êxodo rural*. Esse texto inicia-se com um resumo dos tópicos básicos, que no seu decorrer são detalhados:

(...) **Resumo:** “O novo sistema em vigor no Brasil e suas vantagens – Desde o operariado até a formação de técnicos capazes – As bases do sistema e as escolas criadas e por criar – Os três tipos de escola, segundo a Lei Orgânica do Ensino Agrícola” [...]. O atual governo, dando inteiro apoio ao plano do Ministério da Agricultura, elaborado pela superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, institui novas bases para o ensino agrícola no Brasil, pondo a questão no ápice de sua importância com várias decisões de significação fundamental para o desenvolvimento de nossa riqueza agropecuária.

#### **Três tipos de escolas**

Depois de aprovar e concretizar em ato oficial a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que define a organização, a finalidade e os prin-



*cípios dessa importante matéria no país, o chefe do governo vem contribuindo com outros atos para a efetivação prática da oportuna medida. Assim é que, de acordo com as normas as novas providências, o ensino agrícola, subordinado à S.E.A.V do ministério da agricultura, compreende agora três tipos de estabelecimentos que são: As Escolas de Iniciação Agrícola, as Escolas Agrícolas e as Escolas Agrotécnicas. As primeiras abrangem um programa de dois anos, as segundas de quatro, e as terceiras de sete anos. Com tal organização, o governo oferece amplas margens para a formação de técnico destinado às diversas atividades do campo e dos quais tanto carece a nossa agricultura, em geral e em grandes casos, presa ainda, por velhos processos de trabalho, à uma rotina fora de uso e muito aquém das reais possibilidades das nossas fontes de produção.*

### **Reclassificação dos estabelecimentos**

*Para dar cumprimento a essa nova fase do ensino, que vem merecendo o maior apoio do Ministro Daniel Carvalho, foram reclassificados os antigos estabelecimentos subordinados à S.E.A.V. que completam agora sete Escolas de Iniciação em Rio Branco, Acre; Solimões, Amazonas; Belterra, Paraná, Ouro Fino, Minas Gerais, e Cuiabá, Mato Grosso, quatro Escolas Agrícolas sediadas em Barreiras, Pernambuco; Satuba, Alagoas; Pinheiral, Estado do Rio e Km 47 da estrada Rio/São Paulo, e finalmente três Escolas Agrotécnicas, que são as de Barbacena, Minas Gerais; Bananeiras, Paraíba; e Pelotas, Rio Grande do Sul. Completando essa rede, serão instaladas outras Escolas de Iniciação Agrícola nos territórios do Amapá, Guaporé e Fernando de Noronha e nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, e Agrotécnicas nos Estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e no Distrito Federal.*

### **Três cursos novos e indispensáveis**

*Os mencionados estabelecimentos, dentro da categoria, ministrarão todas as modalidades de ensino. No primeiro ciclo das Escolas de Iniciação serão preparados os trabalhadores, com os necessários conhecimentos profissionais, para as execuções das tarefas*

*agrícolas, a que se dedicarem. No segundo ciclo são postas em prática duas modalidades de cursos de formação, que são os cursos agrícolas e pedagógicos para o preparo respectivamente de técnicos capazes para as funções agrícolas de caráter especial e do pessoal docente para o ensino das disciplinas ou tarefas administrativas peculiares a agricultura. Outro pormenor de grande relevo, na reestruturação dos estabelecimentos e do próprio ensino agrícola, é o de criação de três cursos novos e indispensáveis à preparação de profissionais para as modernas atividades do campo. Esses cursos de conformidade com o currículo aprovado são os de “prática veterinária”, “Indústrias agrícolas”, e “mecânica agrícola”. Entre os cursos pedagógicos figura ainda o de “economia doméstica”, ao fácil alcance das donas de casa e outros elementos femininos das famílias rurais e destinados a divulgar amplos conhecimentos sobre a higiene rural, industrial, caseiras, arte culinária, trabalhos manuais e organizações sociais. Como se vê, o ensino agrícola do nosso país, através das providências e resoluções acima enumeradas, atingiu, finalmente, um grau de evolução a altura das nossas necessidades, levando às classes rurais os ensinamentos que a integrarão a um nível muito superior de erudição profissional e intelectual, desde que, para com noções de ordem técnica, ministra igualmente amplas preleções sobre conhecimentos gerais. Uberlândia que vem, de há muito se batendo pela criação de uma Escola de ensino agrícola e veterinária no município poderá ser agora aquinhoada, desde que os responsáveis pelo seu progresso aproveitem a oportunidade para insistir junto ao governo afim de obtê-lo<sup>27</sup>.*

O fechamento do texto fazendo referência a Uberlândia não se dá por acaso. Demonstra que a divulgação por intermédio da imprensa jornalística dessas ações educacionais da alçada do Estado tem a clara intenção de revelar algumas das faces do *processo de massificação do ensino*. Ela não ficaria condicionada apenas no ensino

<sup>27</sup> **Editorial:** O Ensino Agrícola ao alcance de todos. *Correio de Uberlândia*, ano X, n.º 2100, de 26 de fevereiro de 1947, p. 04.

meramente decorativo, mas assumiria condição de prática, propiciando não só o ensino à boa parcela da população aqui existente, como também sugerindo um direcionamento específico às categorias de ensino, no referido caso, *o ensino técnico* afinado com a questão agrícola, aliás, fortalecendo um aforismo bastante difundido no discurso político; o de que o Brasil é um país de vocação agrícola. Neste sentido, podemos afirmar que o corpo político em ação nesta região, principalmente a partir dos anos 40, além de estar em sintonia com as diretrizes educacionais difundidas pelo país, acaba incorporando esse discurso. Afinal de contas a cidade de Uberlândia, mostrada como uma força propulsora do progresso na região, não deveria ficar à margem também no setor agrícola e de alto nível técnico. Entretanto, devo salientar também que as ações políticas em Uberlândia vão além dessa preocupação com a educação voltada para o preparo meramente técnico. Existia, no final dos anos 40, um empenho visando ampliar o ensino para as camadas periféricas do município, como podemos notar nas sessões da Câmara Municipal.

A Ata da 7.<sup>a</sup> Sessão ordinária de 23 de janeiro de 1948, presidida pelo Dr. *Jacy de Assis*, traz, no expediente do dia, o seguinte:

*Anunciada a hora do expediente, pediu a palavra o Sr. Henchmar Borges que apresentou a casa uma proposição para criação de uma comissão especial, com o fim de estudar diversos núcleos de população, onde se faça necessária a instalação de escolas e um projeto de lei criando uma escola no local denominado São Francisco. Solicitando a palavra o Sr. Sebastião Rangel pede que seja feito um estudo minucioso sobre o projeto uma vez que é de seu conhecimento haver sido instalada uma escola naquele local, tendo sido a mesma extinta por falta de freqüência<sup>28</sup>.*

Esses dados dão a dimensão da força da luta política em favor do ensino, cuja meta é fazer dessa região não só um pólo de atração no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico apoiado em bases firmes, mas cuidar para que esse mesmo desenvolvimento ti-

<sup>28</sup> ATA de 23/01/1948, folha 45

vesse uma continuidade, não viesse a sucumbir simplesmente diante das decisões de políticos pretensamente oportunistas. O final da ata parece alertar para essa questão, nas observações do Sr. Sebastião Rangel. A dinâmica desse processo poderá ser observada também em uma matéria jornalística divulgada pelo *Correio de Uberlândia*. Trata-se de uma palestra proferida por Luiz da Rocha e Silva, um dos articulistas do referido jornal.

#### 4 - Uma Articulação política

A palestra proferida por Luiz da Rocha e Silva (1950) traz alguns elementos para refletir sobre como estava sendo conduzido o ensino em Uberlândia, uma educação voltada para população. A tônica da palestra evidencia esse carisma de região potencialmente forte em termos de organização e dedicação à causa do ensino, um exemplo a ser seguido por outras regiões do Brasil. A fala do palestrante revela uma preocupação com essa extensão do ensino às massas, ao referir-se não só à meta construída até agora, de manter a dianteira na questão do ensino primário e secundário, como também a de zelar pela estrutura física das escolas e, melhor ainda, a luta para fazer de Uberlândia uma cidade da alta cultura, o clamor pela instalação de escolas profissionalizantes e escolas de nível superior.

*Destaque do brilhante discurso do Dr. Luiz da Rocha e Silva da UDN ao governo de Uberlândia e proferido na convenção Municipal de 12 de agosto na câmara. [INSTRUÇÃO PÚBLICA, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Causa-me orgulho constatar a preocupação que tem o povo desta cidade pela instrução. A população escolar de Uberlândia é um índice expressivo do nível intelectual da cidade. A generalização do processo de alfabetização da infância e da instrução primária enche-nos de prazer. O ensino médio, por sua vez, é cuidado e vai ano a ano se estendendo ao maior número de jovens. Faltam-nos ainda Escolas Superiores, o que poderemos um dia alcançar. Quanto ao ensino técnico profissional já foi iniciada a construção do prédio que deverá abrigar a Escola Vocacional de Uberlândia. Se conseguir*

*mos uma Escola de Agronomia e Veterinária, teremos dado um enorme passo à frente. INSTRUÇÃO PÚBLICA – Quanto ao papel desempenhado pela municipalidade, no setor da instrução pública, compete-me fazer justiça às administrações passadas, tanto na cidade como na zona rural, dando apóio e assistência ao professorado, provendo-lhes dos recursos necessários à sua nobre Missão. Os edifícios onde se acham instaladas as escolas merecem conservação adequada e ser providas de material apropriado. A obra educacional da municipalidade deve utilizar o Cinema Educativo, na cidade e no campo, onde for possível como elemento de difusão cultural do mais alto alcance. BIBLIOTECA PÚBLICA – Propugnarei, também, para que a prefeitura instale a Biblioteca Pública em prédio próprio, condigno com o grau de instrução do povo, provendo-a de livros e revistas úteis, notadamente de caráter técnico e especializado que, pelo seu elevado custo fogem às possibilidades de uma larga camada da população<sup>29</sup>.*

Notamos de antemão que a ação política municipal dos poderes legitimados em Uberlândia deixa transparecer essa mistura de ideologia liberal, controle social, organização do espaço sócio/político/econômico e, mais ainda, preparar as massas para atuar em convivência com os seus projetos de natureza estrutural e suas filiações ideológicas. Essa “convivência” da população, expressa no discurso jornalístico, parece contar com o aval do Estado, embora esse lhe pareça distante. A idéia corrente no discurso jornalístico pode ser sintetizada na seguinte passagem:

*O Estado de nosso tempo é como uma máquina formidável, que funciona prodigiosamente, de uma maravilhosa eficiência pela qualidade e precisão de seus meios. Colocada no meio da sociedade, basta tocar numa mola para que suas enormes alavancas se po-*

<sup>29</sup> **Pronunciamento:** *Correio de Uberlândia*. Magnífico Programa de Governo Municipal como Único Objetivo, os Reais Interesses da População. Ano XII n.º 2.971, de 20 de agosto, de 1950, pp. 01-04.

*nam em ação e operem sobre qualquer parte do corpo oficial. O homem-massa vê no Estado um poder anônimo – vulgo -, crê que o Estado é coisa sua. Imaginemos que aconteça qualquer dificuldade, conflito ou problema na vida pública de um país: o homem-massa tenderá a exigir que o Estado assuma imediatamente, que se encarregue diretamente de resolvê-lo com seus meios gigantescos e incomparáveis. Este é o maior perigo que ameaça a civilização: a estatização da vida, o intervencionismo do Estado; isto é, a anulação da espontaneidade histórica, que definitivamente sustenta, nutre e impulsiona os destinos humanos<sup>30</sup>.*

A cidade de Uberlândia emerge como espaço fértil para as idéias a respeito de projetos educativos, tendo em vista a modernização da região, a partir de 1940. Os seus antecedentes, porém, mostram que, na visão do corpo político aqui sediado, o pressuposto de modernização foi sendo montado desde a sua pedra fundamental.

**Quadro 1 - Crescimento populacional em Uberlândia-MG (1900-1970)**

Censo	Ano População				
	Total	Urbana	%	Rural	%
1900	11.856	—	—	—	—
1920	22.956	—	—	—	—
1940	42.179	21.077	49,97	21.102	50,03
1950	56.751	36.647	64,26	20.264	35,74
1960	88.282	71.717	81,24	16.565	18,76
1970	124.895	111.640	89,39	13.255	10,61

Fonte: Quadro organizado pela sede do IBGE em Uberlândia-MG.

O processo que vimos até aqui não é algo exclusivo dessa região. Os projetos elaborados pelos nativos da região surgiram, na maior parte das vezes, sob a capa de diretrizes metodológicas de outros lugares e outras épocas. As afinidades com as ações políticas municí-

<sup>30</sup> José ORTEGA Y GASSET. *A Rebelião das Massas*. Tradução: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1987, pp. 131-132.

país em favor da educação do povo que aqui vivia e que para aqui foi atraído, o próprio direcionamento de sua vida intelectual, econômica, moral e profissional não foram escolhas pessoais de classes. Daí o nosso desafio: demonstrar a ligação íntima entre o processo de massificação do ensino ocorrido em Uberlândia entre os anos 1940 e os anos 1960 e o modelo político voltado para a educação das massas, modelo esse construído ao longo de anos. Atentemos para o seguinte quadro sobre o índice de analfabetismo em Uberlândia<sup>31</sup> em pessoas de mais de 5 anos de idade. Os dados são do IBGE, cobrindo o período de 1950 a 1970.

Quadro 2 - IBGE: índice de Analfabetismo em Uberlândia-MG em pessoas com mais de 5 anos de idade (1950-1970)

Ano	Total	Sabem Ler	%	Não Sabem Ler	%
1950	46.718	27.243	58,31	19.475	41,69
1960	74.741	51.360	68,72	23.381	31,28
1970	109.616	83.223	75,92	26.393	24,08

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1950, 1960, 1970).

A tarefa de levar adiante uma sociedade de massas organizada nos moldes liberais e democráticos está intimamente relacionada ao processo de massificação do ensino no universo da democracia. O embate político vai se tornando cada vez mais intenso no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Como todo e qualquer processo democrático baseado nas reflexões feitas no âmbito do pensamento político, fica evidente que, na condução do referido projeto de sociedade de massas, a questão burocrática manifesta-se com força consi-

<sup>31</sup> Esse debate permite a construção de uma mística singular. Nas propostas de regulamentação social, tendo como ponto de partida a educação das massas, se encontram no mínimo elementos fundamentais para inserir o município na política educacional em voga a partir dos anos 1940: primeiro, a situação geográfica de Uberlândia, privilegiada em termos da topografia do terreno, favorável ao desenvolvimento, tanto de natureza agropecuária quanto industrial e comercial; segundo, a sua proximidade dos grandes centros potencialmente consumidores - São Paulo, Rio de Janeiro e o Centro-Oeste; terceiro, a vontade política por parte de seus corpos administrativos, unidos desde a sua fundação em favor de uma Uberlândia líder de um espaço geoeconômico na região do Triângulo Mineiro.

derável. Poderíamos dizer até que essa força advinda da burocratização mantém vínculos estreitos com a estrutura material e ideológica daqueles que estão na linha de frente da locomotiva social. Uberlândia, e a sua “vocação natural” para o progresso, não poderiam continuar   mercê de políticos oportunistas. Para confrontarmos os dados do IBGE, observemos com atenção a nota abaixo:

*A dedicada idéia de implementar o saber mereceu sempre dos administradores uberlandenses momentos de atenção. Entregue ao Professor Jer nimo Arantes a incumbência de manejar o mecanismo da instrução Pública, quer no perímetro urbano, quer no recesso da vida rural, bebendo na fonte do saber, Uberlândia apresenta a cifra confortante de 5000 alunos, ou sejam, 23,8% da população total do município estimada em 21000 habitantes. E os templos do saber surgem na cidade, no campo, no trabalho patriótico da alfabetização<sup>32</sup>.*

A nota acima transcrita deve ser considerada significativa, pois ela expressa aproximações acerca do andamento da educação de massa na cidade de Uberlândia, que pleiteava a condição de cidade mais progressista do interior de Minas Gerais. Notamos, de passagem, que dentro do processo histórico educacional preconiza-se, a partir dos anos 1940, o direcionamento da educação, vista sob um leque amplo. Sobretudo nesse período, o que estava em jogo como parâmetro de *modernização* não era a educação exclusivamente voltada para a “elite”, o leque vai se abrindo para as massas, pois não importava mais aquele “verniz” tão em voga no final do século XIX e até os anos 1920 no Brasil, mesmo porque a educação entendida como formação do homem completo, a formação moral, a intelectual, a política e a profissional, não se enquadravam mais no processo daquele momento histórico. Uberlândia necessitaria embarcar nesse atalho para a modernização. A divulgação dos números expressos na nota nos d , mesmo que de forma parcial, a noção dessa configuração.

<sup>32</sup> Nota: “Instru o”. Correio de Uberlândia, ano II, n. É 503, de 20 de janeiro, de 1940, p. 04.



Entre os anos 1940 e os anos 1960, os conflitos entre as diferentes classes sociais se tornam mais incisivos, fruto do momento histórico da luta pela industrialização do Brasil, que se acirrava. De um lado, a classe abastada e com poder de decisão lutando para manter os privilégios, mesmo fazendo algum sacrifício. Do outro lado, as chamadas classes emergentes, exigindo mais participação no processo sócio-econômico, e as massas, que, dentro desse processo, ao nível do discurso, entram como simples coadjuvantes, quando o assunto é melhorar a distribuição de renda. Isso, a rigor, aparece de forma explícita, porém, sutil e capciosa. O interesse em participar do progresso, advindo das ações políticas tanto municipais, como estadual e federal, apresentava suas pautas de ação como se fossem estendidas a todos, porém as classes que possuem o poder econômico elaboram seus projetos resguardando as cláusulas que lhes são favoráveis. A ação política educacional leva em conta, em se tratando das *massas*, liberar, a conta-gotas, recursos para a melhoria das condições macroestruturais do sistema educacional.

A *Escola Vocacional de Uberlândia* insere-se numa das faces do processo de massificação do ensino, porque, além de preparar a mão-de-obra necessária ao setor produtivo, daria solução à massa de desocupados e sem profissão definida, mediante o oferecimento de cursos profissionalizantes. Nos anos de 1950 a 1960, a luta foi intensa no sentido de respaldar essa ação política “benéfica” para a população. A reportagem a seguir fornece alguns detalhes dessa ação em prol da instalação da escola, visando à solução da situação urbana, expressando a preocupação com o crescimento acelerado de Uberlândia.

*Acham-se adiantadas as obras da Escola Vocacional Industrial de Uberlândia o que Governo Milton Campos está edificando para o município – Visitando as obras em andamento da Escola Vocacional Industrial desta cidade, sob a direção do competente engenheiro dr. Vinicius Vasconcelos, que nos forneceu elementos para esta reportagem, ficamos realmente impressionados com a grandiosidade do estabelecimento de ensino que será da maior utilidade para os moços da região do Brasil Central. A área coberta para as construções é bem grande, mesmo porque a escola*

*vai ocupar mais de um quarteirão, tendo sido o terreno uma doação da Administração José Fonseca e Silva ao estado de Minas Gerais, para que Uberlândia ganhasse tão notável obra. O edifício principal ocupa a área de 1.780 metros quadrados. O edifício das oficinas, a extensão de 1.200 metros quadrados. A residência, o espaço de 160 metros quadrados. Portanto, o terreno ocupado pelas construções da escola será uma área total de 3.140 metros quadrados. O orçamento da Escola é de Cr\$ 4 480.000,00, distribuídos assim: custo dos edifícios Cr\$ 2.200.000,00 e o custo das maquinarias Cr\$ 2.280.000,00. A escola compreende 3 corpos: edifício principal, edifício de oficinas, residências dos professores. 1.º EDIFÍCIO PRINCIPAL: conta de duas partes a) Pavilhão de Frente com salas de aula, portaria, arquivo, secretaria, diretoria, "palco auditorium" ou sala de reuniões e instalações sanitárias. B) Pavilhão Central: 4 dormitórios para 100 alunos, refeitório, copa, cozinha, enfermaria, farmácia, sala do médico e sala do dentista, 20 mictórios. 2.º EDIFÍCIO DAS OFICINAS: constando do almoxarifado, salas com máquinas para aulas práticas, de ; torneiro, frisador, modelador, marceneiro, fundidor, tecelão, artes gráficas, mecânico ajustador, alfaiate, sapateiro, etc. 3.º RESIDÊNCIAS: em número de duas para diretor e médico ou professor. Cada residência possui 3 dormitórios, banheiro, cozinha, quarto de empregada com instalação sanitária separada e varanda. A construção foi iniciada em fins de abril do corrente ano. O atraso do início da construção da escola foi devido ao fato de ter sido posta em concorrência várias vezes não interessando as firmas locais e nem as variações de preço de materiais de construção em Uberlândia. Devido, porém, ao grande interesse demonstrado pelo governador Milton Campos e pelo deputado Rondon Pacheco, foi novamente posta em concorrência a obra. Foi então emprestada pela firma "Serviços de Engenharia LTDA", que a está construindo. O ADIAMENTO DAS OBRAS – As duas residências já estão respaldadas, esperando-se as telhas de fibrocimento para a cobertura. Os demais edifícios estão com os alicerces concluídos e com as paredes de tijolos em franco desenvolvimento, sendo que no edifício principal já estão sendo coloca-*

*dos os portais. A grande falta de tijolos e cimento também acarreta atraso sensível no andamento das obras. O ALCANCE DA UTILIDADE DA ESCOLA – se mede pela variedade de cursos e pela aplicação prática de grandes possibilidades para todos. Trata-se de uma obra de grande alcance social, pois terá um internato para 100 alunos, com refeitórios, assistência dentária e médica, além de uma perfeita instrução cívica, escolar e técnica. Todos os gastos oriundos da Escola serão custeados pelo Estado de Minas, desde a construção e durante o funcionamento o ensino será inteiramente gratuito*<sup>33</sup>.

A reportagem revela, além dos detalhes estruturais da escola, os recursos envolvidos, a ação do governo estadual e o seu comprometimento com a causa uberlandense. O governo de Milton Campos aparece como principal colaborador na tarefa de tornar Uberlândia destaque não só no cenário mineiro, mas nacional e até mundial.

O artigo a seguir dá dimensão da discussão acerca do processo de construção da Escola Vocacional de Uberlândia. Como complemento da reportagem, ele expressa com decisão essa vontade de solucionar os problemas da futura Uberlândia, como destacada cidade industrial e comercial, pois a escola dará sustentabilidade técnica à exigência de novos padrões de desenvolvimento batalhados no dia-a-dia da política municipal, em favor da manutenção de hegemonia na região. Observemos com atenção a fala de Maria Teresa, (Ruth de Assis)<sup>34</sup> uma das articulistas assíduas do jornal *Correio de Uberlândia*:

*Este artigo serve de complemento a nossa reportagem sobre a Escola Vocacional Industrial de Uberlândia. A importância dos cursos industriais para o nosso país se percebe facilmente através de uma rápida leitura da lei orgânica do ensino industrial, quan-*

<sup>33</sup> **Reportagem:** A Escola Vocacional Industrial de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*, ano XII, n. ° 3.004, de 7 de outubro, de 1950, p. 01.

<sup>34</sup> Maria Teresa era o pseudônimo utilizado por Ruth de Assis, irmã do Dr. Jacy de Assis, um dos batalhadores em favor da instalação do ensino superior na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

do da reorganização feita pelo ministro Gustavo Capanema na pasta da Educação e Saúde. Esta lei constitui para a nossa educação um documento da maior importância, porque o ensino industrial não dispunha antes de uma lei orgânica de caráter nacional. Também não havia conveniente definição das bases pedagógicas do problema, cuja configuração está se tornando cada vez mais acentuada em torno desta modalidade de ensino até então deixado para um plano inferior no Brasil. A lei orgânica, dec. Lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942, discriminou quatro (grupos) tipos de estabelecimentos de ensino industrial: as escolas industriais, as escolas técnicas, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem, dentro de perfeita articulação com outras modalidades de ensino, práticas educativas, estágios e excursões, culto cívico, orientação profissional, educação religiosa, etc. Maior especificação teve as matérias e cursos das escolas industriais e técnicas, por serem de maior vulto e de categoria mais elevada. O decreto n.º 8673, de 3 de fevereiro de 1942, tornando mais minuciosa a organização das escolas industriais e técnicas, traçou discriminada definição aos cursos de formação profissional propriamente dita, isto é, aos cursos industriais, aos cursos de mestría, aos cursos técnicos e aos cursos pedagógicos. O regulamento do quadro dos Cursos do Ensino Industrial abrange 8 seções com a parte correspondente ao aprendizado industrial, com 24 cursos, ao aprendizado de maestria com 25 cursos; á cultura técnica com cerca de 500 cursos especializados e 3 de cultura técnica. Temos assim: A 1.ª seção de trabalhos de metal com os cursos de fundição; serralheiro e caldeiraria, - A 2.ª seção de indústria mecânica com os cursos de mecânica de máquinas; de precisão; de automóveis e de aviação - A 3.ª seção de eletrotécnica com os cursos de máquinas de instalações elétricas; de aparelhos elétricos e telecomunicações- A 4.ª seção de indústrias de construção com os cursos de carpintaria; alvenaria e revestimentos; cantaria artística; pintura - A 5.ª seção de indústria de tecido com curso de fiação e tecelagem; - A 6.ª seção da indústria da pesca com o curso de pesca - A 7.ª seção de artes industriais com os cursos de marcenaria; cerâmica; joalheria; artes do couro; alfaiataria; corte e costura; chapéus;

*flores e ornatos – 8.ª secção de artes gráficas com os cursos de tipografia e encadernação e gravura. Por sua vez os cursos técnicos abrangem 9 secções, em que entram os de química industrial, minas e metalurgia, construção naval, construção aeronáutica. E todos com uma série de grandes cursos, de modo a possibilitar a formação de técnicos necessários ao país*<sup>35</sup>.

Maria Teresa mostra no seu artigo a questão da legitimidade das ações políticas do governo estadual, revelando alguns artigos da regulamentação do ensino industrial. Essa regulamentação nasceu em função do decreto 6.029 de julho de 1940, como podemos inferir abaixo:

*O decreto n.º 6.029 de julho de 1940 não seria modificado, ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da educação*<sup>36</sup>.

O destaque dos autores veio ilustrar o artigo da professora Maria Teresa, mostrando que o corpo político uberlandense estava em sintonia com o moderno em voga naquele período (1940-1950). A ordem era preparar o grosso da população para integrar de corpo e alma no setor produtivo, solução de profilaxia das prováveis “doenças” advindas de uma sociedade de massas, da qual a autora parece estar bem informada, tendo, com visão arguta, olhos para a totalidade social. Porém, essa totalidade evidenciada no argumento da autora aparece resguardada sob a tutela do Estado. Dentro de qualquer ação política em que se pressupõe o moderno na sociedade, o Estado apresenta-se como um mito, e essas mesmas ações não devem ser vistas abstendo-se dessa capa protetora. Por mais que um município

<sup>35</sup> **Artigo:** Maria TERESA. Da Importância dos Cursos Industriais para o Brasil. *Correio de Uberlândia*, ano XII, n.º 3.004, de 7 de outubro, de 1950, p. 04.

<sup>36</sup> Op. cit. SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p. 238.

tenda a trilhar seu próprio caminho em direção ao progresso e bem estar da população de maneira geral, é necessário que tenhamos o devido cuidado com a forma com que isso vem expresso no discurso divulgado nos meios jornalísticos. Esse discurso não vem apenas carregado de materialidade; existem nele ideologias implícitas ou mesmo explícitas. No esforço de socialização da informação e na formação da opinião pública, a sua contribuição na construção e perpetuação de mitos com forte conotação política aparece com frequência. Nesse sentido, a política adotada pelos municípios -em Uberlândia inclusive- incorpora esses mitos com o aval do Estado, sendo a educação, entendida de forma ampliada, não alheia à “vontade” política. Ernst Cassirer traz um pouco dessa noção de como são forjados os mitos políticos no seio da sociedade de orientação liberal:

*O mito foi sempre descrito como resultado de uma atividade inconsciente e um produto livre de imaginação. Mas aqui encontramos o mito feito de acordo com um plano. Os novos mitos políticos não crescem livremente; não são frutos bravios de uma imaginação exuberante. São coisas artificiais fabricadas por artesãos hábeis e matreiros. Estava reservado ao século XX, à grande técnica, desenvolver uma nova técnica do mito. A partir de agora os mitos podem ser fabricados no mesmo sentido e de acordo com os mesmos métodos utilizados no fabrico das outras armas - as metralhadoras e os aviões. O verdadeiro rearmamento começou com a origem e ascensão dos mitos políticos<sup>37</sup>.*

Preconizar uma educação para as massas requer um mergulho nas atitudes políticas devotadas ao ensino, e não se deve de maneira nenhuma enxergá-la como algo isolado do processo político, bem como do contexto histórico em que acontece. A partir dos anos de 1940, a massificação do ensino não se apresenta como um mero paliativo para dar conta de uma dada situação sócio-econômica, como se fosse alguma coisa passageira, decorrida de uma necessidade premente. A

<sup>37</sup> Cf, CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar, 1976, p. 300.

definição abaixo nos ajudará a compreender as entranhas do referido processo:

*(...) na sociedade de massa não se atende à realização do homem; ele só é levado em conta em sua capacidade de desempenhar uma função. Na filosofia liberal do século XIX, que infunde no homem o desejo de participar e estar presente em todos os processos da vida social é um componente determinante nesse sentido, já que, para ele (José Ortega y Gasset. A Sociedade de Massas), "A rigor, massa pode definir-se como um fato psicológico, sem necessidade de estarem os homens em aglomeração"<sup>38</sup>.*

O tratamento da situação educacional, levando em conta a massificação do ensino, aparece na fala dos articulistas da imprensa local de forma a deixar transparecer o que ocorria no seio da sociedade de massas. Sim, porque a forma como esses agentes trataram a questão do ensino em Uberlândia, bem como a atitude política em seu favor, demonstra que os aspectos considerados nos artigos jornalísticos possuem um alcance que mexe com as estruturas sensíveis da sociedade uberlandense, zelando pela construção e manutenção de uma mística de cidade progressista.

## 5 - Considerações Finais

O processo de massificação do ensino se constituiu numa preocupação de alguns intelectuais ligados à sociologia até recentemente. A minha incursão nas fontes jornalísticas revelou-se pródiga, em se tratando de um estudo sistematizado, pois, além de trazer à tona discussões a esse respeito, vem permitindo verificar que tal processo não deve ser visto de forma simples. O que me motivou a investir nessa temática foi a necessidade de preencher algumas lacunas no processo histórico da educação, rediscutindo-a não como redentora da humanidade, como é apresentada em geral na maior parte das reflexões dos pensadores no campo político, mas como possibilidade

---

<sup>38</sup> DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 727.

de inserção das pessoas no processo, abdicando-se da sua condição de massa, na qual o ser é moldado à revelia de uma ordem sócio-econômica presente nas entranhas do capitalismo e outorgada pelo seu momento histórico.

A complexidade de tal estudo acabou por apontar caminhos múltiplos de relações no campo do pensamento político em que os conflitos emergem com intensidade crescente. Somente isso bastaria para dificultar uma interpretação cuidadosa. Entretanto, partir apenas dos conflitos no campo do pensamento político, dada a extensão do assunto, é muito pouco. No campo do pensamento político, armam-se diferentes táticas, visando-se o controle da sociedade, encarregando-se disso as instituições. Fala-se muito que política é administração de *tensões*. Em função disso, as instituições devem ser entendidas como o fiel da balança, visando ao equilíbrio entre o conflito e a sociedade funcional. O Estado "burguês" seria o guardião e a garantia de manutenção desse equilíbrio com a sua aparente neutralidade. A educação das massas, a massificação do ensino, daria respaldo às propostas de modernização da sociedade brasileira, em que o específico por mim investigado ajudaria a demarcar alguns desses fundamentos na estruturação do poder.

A proposta deste trabalho partiu do substrato que é a democratização do ensino, a articulação política em torno da condução de uma sociedade de massas e, mais ainda, da questão sobre como estruturá-la do ponto vista prático e funcional. Os teóricos do liberalismo a rigor não compartilham com a idéia da banalização do ensino, entendendo-o como uma necessidade premente. Há uma incompatibilidade entre o ensino de má qualidade e a manutenção de uma sociedade de massas que se quer moderna, competitiva e funcionando a contento de uma ordem dada. A configuração assumida pelo processo histórico da massificação do ensino guarda íntima relação com o crescimento de um país. A base teórica, em especial na filosofia política, me permitiu vislumbrar um universo preñado de contradições passíveis de revisão crítica, tomando como referência aproximações entre categorias de análise, bem como os modos de apropriação no campo educacional e suas interfaces. Uma região ou uma cidade é uma célula de crescimento capaz de propiciar suporte ao referido



projeto de Brasil-Nação. A soma dessas singularidades no processo político e educacional merece um olhar cuidadoso.